

## “HOMENS DO TRABALHO, FILHOS DO POVO” – OS ARTISTAS MANAUARAS ENTRE AS DÉCADAS DE 1870-1880: ORGANIZAÇÕES E MANIFESTAÇÕES COLETIVAS

“MEN OF WORK, SONS OF THE PEOPLE” – THE MANAUARAS ARTISTS BETWEEN THE DECADES OF 1870-1880: ORGANIZATIONS AND COLLECTIVE MANIFESTATIONS

MARCOS LUCAS BRAGA<sup>1</sup>



### Resumo

O presente artigo visa expor os resultados de investigações livres – que se utilizaram principalmente de fontes da imprensa periódica – acerca das formas de atuação organizadas e coletivas dos “artistas” – como se designavam à época os trabalhadores manuais qualificados – da cidade de Manaus entre as décadas de 1870 e 1880. Tais atuações incluíam a organização de sociedades mutualistas e escolas a elas associadas. Por fim, destaca-se nesse processo a publicação de um periódico operário, *O Artista* (1886-1888); além de uma tentativa precoce de articulação política na eleição provincial de 1876.

**Palavras-chave:** Artistas Manuais. Movimento Operário. Associativismo.

### Abstract

This article aims to expose the results of free investigations - which mainly used sources from the periodical press - about the organized and collective forms of action of the “artists” - as the skilled manual workers were called at the time - in the city of Manaus between the decades 1870 and 1880. Such activities included the organization of mutual societies and associated schools. Finally, the publication of a working periodical, *The Artist* (1886-1888); in addition to an early attempt at political articulation in the 1876 provincial election.

**Keywords:** Manual Artists. Labor movement. Associativism.

### Introdução

A historiografia acerca da classe e do movimento operário do e no Amazonas têm se desenvolvido sensivelmente nas últimas décadas, devido principalmente à implantação do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal do

---

<sup>1</sup> Graduado em História na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor na Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) e mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação (PPGH) em História da UFAM. E-mail para contato: [marcoslucasab@gmail.com](mailto:marcoslucasab@gmail.com).



Amazonas<sup>2</sup>. Já são, somadas, algumas dezenas de dissertações, artigos e monografias de iniciação científica sobre o campo. O panorama historiográfico está bem diferente do levantado por Silvia Petersen em 2009, quando a autora tinha listado apenas 22 trabalhos relacionados à temática.<sup>3</sup> A maioria desses trabalhos toma como recorte temporal o período da Primeira República, embora haja exceções.

A preferência por esse período específico não é uma característica exclusiva da historiografia do trabalho amazonense. Cláudio Batalha, em levantamento historiográfico sobre a História Social do Trabalho no Brasil, aponta que este “é o período quantitativamente mais representado nos estudos sobre a história operária”<sup>4</sup>, embora atualmente os recortes estejam se ampliando para além da década de 1930 e para o século XIX. Batalha, em outra ocasião, aponta que um período particularmente pouco estudado é o século XIX, devido à percepção, por parte dos pesquisadores, de que “aquilo que existiu até 1888, ou mesmo antes dos primeiros anos do século XX, era radicalmente distinto daquilo que viria no período seguinte”<sup>5</sup> e as experiências do movimento operário deste período eram encaradas como uma “pré-história” do mesmo. Embora essas considerações tenham sido feitas há cerca de 20 anos e a historiografia tenha avançado neste sentido, as organizações de trabalhadores urbanos do século XIX ainda são relativamente pouco estudadas.

O presente artigo tem como objetivo contribuir para este desenvolvimento historiográfico a partir da identificação das organizações e formas coletivas de atuação dos “artistas” da cidade de Manaus entre as décadas de 1870 e 1880. Este termo era usado, neste contexto, para designar de forma genérica praticantes de diversos ofícios, cujo fator de identificação era primordialmente a qualificação profissional, os trabalhadores especializados que exerciam as *artes mecânicas* ou *artes manuais*. São exemplos de

---

<sup>2</sup> Para um balanço historiográfico recente ver: PINHEIRO, Luís Balkar de Sá Peixoto. Caminhos da história social do trabalho no Amazonas (1890-1920). Em: **Revista piauiense de história social do trabalho**. Ano VI, n.10. Jan/Jun 2020, p. 25-58.

<sup>3</sup> PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 257-344, 2009. Necessário pontuar que este levantamento – que não se pretendeu exaustivo, mas foi um dos mais completos já feitos – diz respeito aos trabalhos produzidos até o ano de 2006 e lista estudos que abordam recortes variados dentro do período do Brasil republicano – e chega a citar trabalhos que adentram o século XIX – em diversos campos do conhecimento (História, Sociologia, Ciência Política, etc).

<sup>4</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. em: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2007, p.145.

<sup>5</sup> BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999. p.46.



categorias profissionais classificadas como de “artistas” os sapateiros, chapeleiros, tanoeiros, oleiros, tecelões, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, pedreiros, ourives, tipógrafos, relojoeiros, ferreiros, funileiros, serralheiros, torneiros, entre outros. O termo poderia ser usado, na época, como sinônimo de “artesão” ou “artífice”.

As manifestações empreendidas por estes sujeitos incluem a organização de sociedades mutualistas e escolas a elas associadas; a publicação de um periódico, *O Artista* (1886-1888); e uma tentativa de articulação política na eleição provincial de 1876. Infelizmente, não se teve acesso aos estatutos ou atas das sociedades mutualistas, e o contato com elas se deu por meio de anúncios publicados na grande imprensa – notavelmente nos jornais *Amazonas* e *Jornal do Amazonas*, que circularam neste período – de convites para eventos e assembleias, anúncios de resultados de eleições ou de datas comemorativas. O próprio jornal *O Artista* e o *Almanaque Administrativo, Histórico, Estatístico e Mercantil da província do Amazonas*, publicado em 1884, também forneceram algumas informações sobre o mundo do trabalho da Manaus do final do XIX.<sup>6</sup>

### **Trabalho qualificado da Manaus de fins do XIX**

Nas três últimas décadas do século XIX, a cidade de Manaus passou por uma série de transformações políticas, sociais e culturais, impulsionadas principalmente pelo lucro advindo do comércio do látex no mercado internacional, do qual foi uma das principais beneficiadas. Como entreposto comercial da borracha, foram instaladas na cidade as sedes das principais casas aviadoras; bem como implantados diversos serviços urbanos (eletricidade, bondes, telégrafos, coleta de lixo, iluminação pública); o comércio se desenvolveu sensivelmente, com a inundação da província de mercadorias industriais europeias; além de se multiplicarem as obras públicas e ocorrer um aumento demográfico impulsionado pela imigração, tanto de estrangeiros quanto de brasileiros de outras regiões, atraídos pela promessa de riqueza fácil com o “ouro negro”.<sup>7</sup> Nesse contexto, as relações de trabalho capitalistas vão gradativamente sendo inseridas ou fortificadas na cidade.

<sup>6</sup> *ALMANACH administrativo, historico, estatisco e mercantil da Provincia do Amazonas*. Manaus: Typographia do Amazonas, 1884.

<sup>7</sup> DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 91899-1925*. Manaus: FUA, 2015.



Atuando diretamente neste desenvolvimento, nas obras públicas, no comércio, nos serviços ou nas pequenas fábricas, oficinas e manufaturas da província, estão presentes alguns milhares de trabalhadores, livres e assalariados ou escravizados, que foram articulando uma identidade de interesses entre si e em oposição a outros segmentos sociais. São movimentos condicionados – nunca determinados – pelo lugar social dos trabalhadores no processo produtivo, mas no qual eles exercem um papel ativo em seu fazer-se enquanto classe.<sup>8</sup> Esses trabalhadores tenderam a expressar, mesmo com dificuldades, essa identidade em suas manifestações políticas, sociais e culturais.

Nesse sentido, os historiadores Maria Luiza Pinheiro e Luís Balkar Pinheiro apontam que, embora raros, foram empreendidos alguns movimentos grevistas nesse período, com destaque para um de grandes proporções protagonizado pelos estivadores em 1899, que chegou a mobilizar mais de 500 trabalhadores desta categoria. As primeiras associações ligadas a categorias específicas surgiram na década de 1890, cabendo aos caixeiros e aos tipógrafos o papel de fomentadores das primeiras organizações operárias e a publicação dos primeiros jornais operários: *O Restaurador* (1890) e *O Imparcial* (1890), ligados aos primeiros; e *Guttemberg* (1891) e *Operário* (1892), ligados aos segundos. Além disso, houve um Partido Operário de vida efêmera no início da década de 1890.<sup>9</sup>

Anteriores a essas manifestações, no entanto, é possível perceber ações empreendidas pelos “artistas” da província que denotam um esforço no sentido forjar uma identidade coletiva a partir de sua condição de trabalhadores. Esses artistas não eram operários no sentido estrito do termo – trabalhadores fabris e assalariados, que vendiam tão somente sua força de trabalho em troca de salário – já que suas condições de trabalho poderiam variar bastante:

- Podiam trabalhar em oficinas próprias e serem detentores das ferramentas de trabalho, vendendo diretamente as mercadorias por eles produzidas, como era o caso, dentre outros, de parte dos sapateiros, joalheiros, ourives, marceneiros, ferreiros, alfaiates e relojoeiros. O processo de trabalho podia ser feito com apoio de familiares, contratando ajudantes que eram pagos por salário ou empreitada, ou ainda mantendo algum

---

<sup>8</sup> Nossa visão da formação de classe segue de perto a de: THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>9</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias me Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco editorial, 2017. p.87-108.



trabalhador escravizado. Por vezes, estes trabalhadores, que não deixam de ser pequenos proprietários, são classificados pela historiografia como “pequeno burgueses”.

- Ou prestar serviços – fosse por conta própria, diretamente ao cliente, ou subordinados a alguma empresa contratante. Em ambos os casos recebiam remuneração, fosse por salário ou por empreitada. Este era o caso de carpinteiros, torneiros, pedreiros, dentre outros.

- Também trabalhavam como assalariados em oficinas, manufaturas e fábricas, sendo este o caso de trabalhadores como tipógrafos, chapeleiros, torneiros, relojoeiros, marceneiros, oleiros, sapateiros, entre outros.

- Ou ainda serem escravos, já que estes também exerciam ofícios especializados classificados como sendo de “artistas”. Nestes casos, podiam trabalhar diretamente para um proprietário que vendia o produto acabado, ou serem alugados para executar serviços a terceiros. Podiam ainda trabalhar de forma semi-independente, como escravos “de ganho”.

Ainda segundo Pinheiro e Pinheiro, a indústria propriamente dita se desenvolveu pouco no Amazonas no período por eles analisado, sendo predominantes as oficinas de pequeno e médio porte, que empregavam um número reduzido de trabalhadores.<sup>10</sup> Pode-se inferir que esse quadro era ainda mais acanhado nas décadas de 1870 e 1880, quando a economia da borracha ainda não tinha chegado ao seu apogeu. Em uma lista de casas comerciais e oficinas artesanais manauaras sujeitas a impostos municipais em exercício entre 1880 e 1881, por exemplo, foram incluídas três joalherias, quatro oficinas de alfaiates, três de barbeiros, seis de ferreiros, uma de fogueteiro, três de funileiros, cinco de marceneiros, uma de relojoeiro, cinco de sapateiros e três oficinas tipográficas.<sup>11</sup> Os artistas trabalhavam nessas oficinas e, embora não fossem trabalhadores fabris, pertenciam, sem dúvidas, às “classes trabalhadoras” (não à “classe trabalhadora”, entendida como o proletariado) e se identificavam e eram identificados por terceiros desta forma.

O *Almanaque Administrativo, Histórico, Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas*, elaborado e publicado em 1884 como um relatório encomendado e patrocinado pela Assembleia Provincial, apresenta alguns números sobre o trabalho qualificado em Manaus no início daquela década, principalmente na segunda seção,

---

<sup>10</sup> PINHEIRO; PINNEIRO, 2017.

<sup>11</sup> Lançamento de casas comerciais, oficinas e etc, sujeitas aos impostos municipais, no exercício de 1880-1881. **Commercio do Amazonas**, Manaus. n° 10, p. 2, 04 de set. 1880.



relativa à parte mercantil, que traz um levantamento sobre o comércio, a indústria e as profissões na província, listando os nomes dos praticantes de alguns ofícios. A partir dos dados coligidos no Almanaque, foi elaborada a seguinte tabela, referente ao número de praticantes catalogados de cada ofício:

Tabela 01  
Trabalhadores, por ofício (1884)

Ofícios/Categorias	#
Alfaiates	07
Baúleiros	01
Barbeiros	03
Carpinteiros	02
Carroceiros	41
Catraieiros	73
Encadernadores	05
Fabricantes e concertadores de carrinhos	01
Ferreiros e Serralheiros	05
Fogueteiros	02
Ferradores	01
Funileiros	05
Guarda Livros	10
Joalheiros	03
Marceneiros	05
Ourives	06
Fotógrafos	01
Relojoeiros	02
Sapateiros	06
Tipógrafos	21
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>

**Fonte:** *Almanach, 1884. Op. cit., p. 168-174.*

Estes dados certamente não podem ser encarados como reflexo fiel da realidade, mas como estimativas, pois há de se considerar imprecisões<sup>12</sup>, possíveis erros e elementos não incluídos, além de se referirem a um ano específico e, provavelmente, exclusivamente à Manaus. No entanto, permitem um vislumbre de parte dos mundos do trabalho na capital da província naquele momento. De qualquer forma, pode-se considerar o número de trabalhadores qualificados relativamente pequeno, se comparado ao dos grandes centros econômicos do Sul e Sudeste como São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo com a capital da província vizinha, Belém. Com efeito, as categorias indicadas como mais numerosas no *Almanaque* – os carroceiros como pelo menos 41 nomes citados e os catraieiros com 73 – não eram consideradas como de “artistas”, mesmo que fossem de trabalhadores

<sup>12</sup> Alguns nomes são acompanhados da indicação de familiares como “Lopes & Irmão”, entre os alfaiates; “Figueiredo & filho”, entre os ferreiros e serralheiros; “Luiz Schill & irmão”, entre os joalheiros. De qualquer forma, tais registros apenas indicam que os números eram, na verdade, maiores.



manuais. Essa baixa densidade de trabalhadores qualificados se deve em parte a própria formação recente de Manaus como capital de província e centro urbano de relevância regional; sua população foi estimada em apenas cerca de 29.334 habitantes em 1872.<sup>13</sup>

As autoridades provinciais perceberam essa falta de trabalhadores especializados, como se pode notar por algumas políticas públicas voltadas para o aumento do seu número, fosse pelo estímulo à formação e criação de instituições de ensino profissional, como o Estabelecimento dos Educandos Artífices, fundado em 1852 pelo governo provincial e que se manteve em funcionamento até 1877,<sup>14</sup> fosse pela facilitação da imigração destes trabalhadores para a província.<sup>15</sup> Esse reduzido número foi percebido, inclusive, pela grande imprensa, como demonstra a matéria publicada no ano de 1883, em um jornal de Manaus, que comentando as obras públicas em andamento no Amazonas, questionava: “Os meios pecuniários, portanto, não faltam; mas os braços, onde estão eles? Onde os operários para a construção de tantas obras? *Os artistas em Manaós são em tão pequeno número*, que mesmo os particulares lutam com grandes dificuldades para levarem a conclusão suas obras”.<sup>16</sup>

Ao se falar dos mundos do trabalho no Brasil do século XIX, não se pode deixar de mencionar o trabalho escravo, conforme salientaram diversos autores, dentre os quais Luigi Negro e Flávio Gomes, para os quais não há uma “bifurcação” entre o mundo do trabalho livre e o cativo neste contexto.<sup>17</sup> No caso do Amazonas, a utilização do trabalho escravo de negros não foi tão intensa, em termos numéricos, quanto em outras regiões do país, embora sua presença não deva, de forma alguma, ser ignorada, já que a província fazia parte de um Império escravocrata – o que estruturava as relações de trabalho, tornando a sociedade rigidamente hierarquizada. Os trabalhadores (teoricamente) livres amazônicos, cuja maioria era composta de indígenas, negros e mestiços, estavam submetidos a outras formas de trabalho compulsório cujas características se assemelhavam à escravidão.

---

<sup>13</sup> DAOU, 2004, p.73.

<sup>14</sup> Sobre ele, ver: RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto*: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, p. 265-293.

<sup>15</sup> Uma das cláusulas do contrato entre o governo provincial e o comendador Alexandre Paulo de Brito, para a concessão de uma linha de navegação no rio Amazonas, era o abatimento de 10% no preço das passagens para “artistas e operários, que vierem estabelecer-se na Província de conta própria ou de qualquer associação industrial ou agrícola”. O contrato foi publicado em: *Boletim Oficial*, Manaus, n° 24, p. 6, 7 de abril de 1873.

<sup>16</sup> “Vaidade” in: *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 850, p. 1, 20 de setembro de 1883. (grifo nosso)

<sup>17</sup> NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, p. 217-240, 2006.



Analisando a bibliografia sobre o trabalho escravo na província, percebe-se que uma parte dos trabalhadores escravizados exerciam atividades urbanas qualificadas. Provino Pozza Neto, em dissertação sobre o movimento emancipacionista amazonense, notou a presença de escravos em trabalhos urbanos em Manaus. Desta forma, detectou 68 escravos em ocupações classificadas como “profissões manuais e mecânicas” em toda a província, em 1872, o que certamente incluía alguns escravos “artistas”. Em 1875, consultando uma lista de trabalhadores escravizados que seriam emancipados pela paróquia municipal de Manaus, Pozza Neto enumera entre eles 26 pedreiros, 10 carpinteiros, 08 ferreiros, 08 costureiras, 03 calafates, 02 sapateiros, 02 oleiros e 01 alfaiate. Ao analisar as profissões dos alforriados entre 1850 e 1887, o mesmo autor encontrou 10 pedreiros, 01 ferreiro e 01 costureira.<sup>18</sup>

Já Ygor Cavalcante, em dissertação sobre a fuga de escravizados no Amazonas no século XIX, aponta números bem parecidos: consultando a lista da paróquia municipal referente aos escravos a serem emancipados em 1873, enumera 30 pedreiros, 11 carpinteiros (*i.e* carpinteiros), 10 costureiras, 06 ferreiros, 03 calafates, 02 oleiros, 01 sapateiro e 01 alfaiate; e ao consultar anúncios de fugas de escravos publicados na imprensa local, encontrou entre os fugidos 01 ferreiro, 01 of. calafate, 01 of. oleiro, 03 of. pedreiro, 01 of. carapina [*sic*], 01 carpinteiro e 01 tipógrafo.<sup>19</sup>

Cabe salientar que esses números são também imprecisos e fragmentários, já que um mesmo indivíduo pode constar mais de uma vez nos dados, como também entre as listas de escravos a serem alforriados pela paróquia municipal, tornando muito difícil, assim, uma abordagem quantitativa. No entanto, eles servem para denotar a presença de escravizados exercendo trabalhos especializados no Amazonas. Esta presença pode ter contribuído para o reduzido número de artistas livres na província, já que tinham que encarar a concorrência dos escravizados. Por outro lado, após processos de alforria, fuga, emancipação ou mesmo após a abolição geral da escravidão na província, ocorrida em 1884, alguns desses ex escravos podem ter engrossado as fileiras dos trabalhadores-artistas, continuando a exercer, já então em liberdade, o ofício que exerciam enquanto cativos. Desta forma, uma parcela desses artífices era composta por negros.

<sup>18</sup> NETO, Provino Pozza. **Ave Libertas**: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial. Manaus, 2011. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFAM. p. 29, 28, 106.

<sup>19</sup> CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. **Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial**. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFAM, 2013. p.44 e 58, respectivamente.





No que pese as dimensões numéricas reduzidas, os “artistas” manauaras foram responsáveis pela criação de organizações próprias, cujo fator de identidade era a condição de trabalhadores qualificados, como sociedades beneficentes, escolas e até mesmo um jornal. Tais organizações podiam congregiar tanto os proprietários de pequenas oficinas quanto os trabalhadores assalariados. Assim, a organização desse segmento de especializados em Manaus não chega a surpreender, pois conforme já percebeu Batalha em outros contextos brasileiros: “os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício”.<sup>20</sup> Tais organizações foram ao mesmo tempo produtoras e produtos de experiências que ajudavam o processo de identificação dos artistas manauaras enquanto pertencentes a uma classe social específica.

### As Associações Artísticas Manauaras nas décadas de 1870 e 1880

A primeira organização mutualista criada por e destinada aos artistas da província do Amazonas parece ter sido o *Atheneu das Artes*, fundado em 6 de janeiro de 1869. Sobre ele, o *Almanaque*, em sua parte histórica, comentaria anos mais tarde:

Inaugurou-se em 1869 a sociedade “Atheneu das Artes”, utilíssima instituição que tinha por fim instruir por meio das letras a classe menos favorecidas da fortuna, a dos artistas e sobretudo os seus sócios e socorrê-los quando impossibilitados de adquirirem pelo trabalho os meios de subsistência. Foi esta Sociedade que fundou a primeira escola nocturna de Manáos.<sup>21</sup>

A partir desse comentário, pode-se perceber as formas de atuação desta organização: alfabetização dos artistas por meio de uma escola e auxílio financeiro aos sócios incapacitados de trabalhar por doenças ou outros fatores. Não foram encontrados os estatutos desta sociedade, para delimitar em quais casos seria prestado o auxílio aos sócios e as informações acerca desta associação foram coletadas através da imprensa, como convites para suas assembleias publicados a partir do final de 1869 pelo jornal *Amazonas*.

O mesmo jornal dedicaria ainda duas páginas à descrição da comemoração do primeiro aniversário da entidade, que contou com uma copa de doces e vinhos para “as pessoas que se dignaram a tomar parte no contentamento de 107 artistas filhos dedicados

<sup>20</sup> BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p.170.

<sup>21</sup> *ALMANACH*, 1884, p.108.



da grande ideia de progresso que preside o Atheneu das Artes”. Presumivelmente, aquele deveria ser o número de associados àquela data. Os festejos contaram com um discurso a favor da emancipação de escravos, proferido pelo Dr. Augusto Elysio que, por vezes, foi “interrompido por frenéticos aplausos”. Na ocasião, o jornal expôs um balanço da atuação do Ateneu em seu primeiro ano: 1:005\$000 réis de saldo nos cofres da associação; seis alunos aprovados em exames de matérias primárias; e um sócio socorrido quando enfermo. Os votos do jornal eram que, no ano vindouro, a associação multiplicasse seu saldo e que, sem tocar nele, realiza-se a emancipação de alguns escravos.<sup>22</sup>

Chamam a atenção neste balanço o número de associados – que pode ser considerado relativamente alto para os padrões locais – e sua ligação com o movimento abolicionista. Quanto ao último ponto, convém lembrar novamente Batalha, quando, analisando associações congêneres na capital do Império, notou que estas eram, na maioria das vezes, contrárias a essa forma de exploração do trabalho (escravidão) e muitas se engajaram na campanha abolicionista.<sup>23</sup> Não se pode generalizar acriticamente o caso do Rio de Janeiro para outras localidades; no entanto as evidências indicam o apoio do *Atheneu* à causa emancipacionista. O historiador Arthur Cezár Ferreira Reis, analisando o movimento abolicionista no Amazonas, já anotou que:

O dr. Augusto Elísio de Castro Fonseca, juiz de direito da Comarca de Manaus, com alguns amigos planejou, no Ateneu de Artes (SIC), a organização de um centro que tivesse por fim manumitir o maior número possível de escravos, concorrendo assim para auxiliar o governo da Província no empenho de acabar com a escravidão no Império.<sup>24</sup>

Já na ocasião do terceiro aniversário da associação, o mesmo jornal informou que a escola funcionava na casa de alguns associados, que também eram os professores que nela lecionavam. Em um primeiro momento, a escola funcionou na residência de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha – militante republicano radical que viveu e atuou tanto no Pará quanto no Amazonas<sup>25</sup> – e depois da saída deste para a província vizinha, foi transferida para a casa do capitão José Justiniano Braule Pinto, então presidente da associação. O jornal ainda comentou que a província do Amazonas muito devia à sociedade Ateneu das Artes, pois “a três anos sustenta[va] uma escola noturna, onde tem

<sup>22</sup> *Amazonas*, Manaus, n° 208, p. 2-3, 9 de janeiro de 1870

<sup>23</sup> BATALHA, 1999.

<sup>24</sup> REIS, Arthur Cezár Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. p. 234.

<sup>25</sup> Para uma biografia de Bento Aranha com ênfase em sua atuação no movimento operário, ver: SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos*. Belém: Paka-Tatu, 2001. p. 105-167.



recebido instrução muitos meninos, que não poderiam frequentar as aulas diurnas, não só por sua pobreza, como ainda pela ocupação de seus mestres de ofício”.<sup>26</sup>

Por este comentário, pode-se inferir que os alunos eram os aprendizes de artífices da cidade, que recebiam as “primeiras letras” no Atheneu. Não foram encontradas outras referências à essa escola, o que torna difícil uma análise do seu funcionamento. Provavelmente, era frequentada exclusivamente por alunos do sexo masculino; tinha dimensões bem reduzidas, com poucos alunos, a julgar que funcionava em casas de seus associados, e contava com poucos recursos materiais. As referências ao *Atheneu* escasseiam das fontes depois deste ano.

Referências sobre ele foram encontradas novamente apenas em 1879, quando já passava por uma perceptível crise. O nome de Braule Pinto ainda é apontado como presidente da organização naquele ano, como se pode conferir por intermédio da publicação na imprensa de um convite para uma assembleia extraordinária do *Atheneu*, o que indica que Braule Pinto era uma liderança forte nesse meio. A referida assembleia tinha como pauta a reorganização ou dissolução da associação, justificada pelo atraso das anualidades da maior parte dos associados e a falta de assiduidade dos sócios nas reuniões.<sup>27</sup> A ausência de referências ao *Atheneu* na imprensa nos anos seguintes indica que, provavelmente, decidiu-se pela segunda opção.

No ano seguinte à provável dissolução do *Atheneu das Artes*, surgiu outra associação organizada por e destinada aos artistas manauaras, a *Sociedade Beneficente Artística Nacional*. O jornal *Amazonas* publicou a carta de um leitor comentando a criação dessa sociedade, instalada em 25 de janeiro de 1880, na casa do alferes Agostinho Rodrigues Souza, e cujo fim seria a proteção dos sócios e de suas famílias. O autor da carta comenta, com juízo de valor negativo, o envolvimento de Rodrigues Souza e do juiz municipal Dr. Pedro Regalado com a sociedade, lembrando ainda a criação de um *Partido dos Artistas*<sup>28</sup> em 1876, por Rodrigues, e que “apanhou uns 20 desses nossos compatriotas menos experientes”. A preocupação expressa pelo leitor do jornal era a de que a associação fosse instrumentalizada para “fins ocultos” – subtende-se político-eleitorais – como teria ocorrido com o citado partido criado anos antes, que “ninguém mais ouviu falar logo que terminou a eleição”. Uma evidência apresentada neste sentido era o fato de que a sociedade só aceitaria membros nacionais, logo, apenas indivíduos com potencial

<sup>26</sup> *Amazonas*, Manaus, n° 398, p. 2-3, 10 de janeiro de 1872.

<sup>27</sup> *Amazonas*, Manaus. n° 291, p. 2, 20 de junho de 1879.

<sup>28</sup> Abordaremos o assunto mais à frente.



direito ao voto. Outra preocupação expressa neste artigo era quanto ao republicanismo dos dois nomes citados e sua possível influência sobre os artistas.<sup>29</sup>

Tal republicanismo parece não ter criado raízes na *Sociedade*, já que anos mais tarde ela adicionaria “*Imperial*” em seu nome, indicando uma adesão, ou pelo menos aceitação, do regime vigente. Mais do que isso, por meio de notas em jornais verificou-se a instalação de uma efígie de Dom Pedro II na sala de sessões da *Artística Nacional*, no momento em que este foi nomeado presidente honorário da entidade.<sup>30</sup> Anos depois, o próprio Imperador concederia um donativo de 200\$000 réis à *Sociedade*.<sup>31</sup>

Os anúncios de resultados de eleições para a diretoria desta associação, publicados nos jornais de Manaus, permitem lançar algumas luzes sobre sua composição e organização. Cruzando os nomes indicados no resultado da eleição da diretoria para ano de 1884<sup>32</sup> com os da lista de praticantes de ofícios do Almanaque daquele ano<sup>33</sup>, encontram-se os nomes de Leopoldo Adelino de Carvalho, eleito presidente, e citado na lista entre os ferreiros e serralheiros; o de Ivo Nogueira Picanço, eleito vice-presidente, citado entre os carpinteiros; João Salles de Oliveira, eleito 1º secretário, na dos alfaiates; Rodolpho Gustavo de Albuquerque Cavalcante, eleito 2º secretário, na lista dos encadernadores e como conferente da recebedoria provincial; Antônio Fernandes Bugalho, eleito para a comissão de exame de contas, consta na lista dos tipógrafos e como proprietário de uma tipografia. Percebe-se, portanto, que a *Sociedade* era composta por membros de diversas categorias profissionais.

Em 1886, o mesmo jornal também publicou, com mais detalhes, os resultados das eleições para a diretoria da sociedade para o ano seguinte.<sup>34</sup> Cruzando novamente os candidatos com a lista de praticantes de cada ofício do Almanaque, pode-se notar – além de alguns nomes citados anteriormente – os nomes de José Domingos Teixeira, entre os ferreiros e serralheiros, e o de João Apóstolo Caxilé, entre os marceneiros. Mariano Ernesto da Silva, candidato a diretor, consta no Almanaque como professor na oficina de ferreiro do Instituto Amazonense; já Francisco José dos Santos, candidato a vice-presidente, consta como professor da oficina de torneiro da mesma instituição. Outros membros eleitos para a diretoria não tiveram seus ofícios identificados.

<sup>29</sup> TATIO. “Sociedade Artística Nacional”. *Amazonas*, Manaus, n° 385, p. 4, 8 de fevereiro 1880.

<sup>30</sup> *Amazonas*, Manaus, n° 930, p. 2, 7 de outubro de 1883

<sup>31</sup> *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 1188, p. 2, 4 de março de 1886.

<sup>32</sup> *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 850, p. 2, 20 de setembro de 1883.

<sup>33</sup> *ALMANACH*, 1884, Op. Cit. p. 168-174

<sup>34</sup> “Imperial Sociedade Beneficente Artística Nacional” in: *Jornal do Amazonas*, Manaus. n° 1298, p. 4, 16 de novembro de 1886.



O detalhamento da matéria suscita alguns questionamentos acerca da forma de organização desta *Sociedade*. A matéria cita o nome dos candidatos a cada cargo e quantos votos cada um deles obteve. Somando os votos para os cargos de presidente, vice-presidente, 1º secretário, 2º secretário e procurador têm-se como resultado 11 votos para cada cargo, enquanto que para os cargos de diretores o resultado é 32 votos; e para a Tomada de contas, 25 votos. Isso pode indicar uma possível estratificação interna, com alguns membros com o direito ao voto a certos cargos e outros não, já que os candidatos para todos os cargos somavam dezessete, número maior do que o dos votantes para presidente e outros cargos citados. Esses dados são os únicos indicativos do número de associados, que se pode especular, muito imprecisamente, em algumas dezenas.

Tal como o *Atheneu*, a *Artística Nacional* também atuava no socorro aos sócios contribuintes e suas famílias em caso de doenças ou da impossibilidade de trabalho destes. Com esse fim, além da contribuição periódica de seus associados, a *Sociedade* também promovia festas e eventos com o objetivo de arrecadar fundos, como atestam alguns anúncios encontrados na grande imprensa.<sup>35</sup> Para além do socorro aos sócios, os fundos arrecadados serviam para manter uma escola.

O *Jornal do Amazonas* publica um artigo com juízo de valor bastante positivo sobre a fundação da referida escola, que teria se deu no primeiro dia de abril de 1885. Ela seria destinada “para os seus sócios e para todos os meninos que a queiram frequentar”, esclarece o jornal, que também parabenizou a *Sociedade* que, sendo “*somente composta por artistas*, sabia no entanto de suas dificuldades tirar alguma coisa para seus irmãos”.<sup>36</sup> Não foi encontrada nenhuma outra referência à essa escola, o que pode indicar que sua existência tenha sido efêmera. A *Artística Nacional*, por outro lado, sobreviveu por mais alguns anos.<sup>37</sup>

Uma terceira organização que adotou essas duas formas de atuação, como o próprio nome indica, foi a *Sociedade Instrução e Beneficência*, fundada em 1876 e cujo fim era a “beneficência exercida por meio de proteção mútua entre os associados e a propagação da instrução popular”. Em seu estatuto<sup>38</sup>, não havia a obrigação de ser

<sup>35</sup> *Amazonas*, Manaus. n° 868, p. 4, 9 de maio de 1883. Este número traz uma solicitação de donativos para a organização de festa na Igreja dos Remédios.

<sup>36</sup> “Artística Nacional”. *Jornal do Amazonas*, Manaus. n° 1046, p. 2, 9 de abril de 1885. (grifo nosso)

<sup>37</sup> O jornal *Amazonas* informa a participação da *Artística Nacional* na passeata de comemoração da adesão do Amazonas à República, evidentemente sem referenciar o “Imperial” de seu antigo nome. *Amazonas*, Manaus, n° 2122, p. 3, 20 de novembro de 1890.

<sup>38</sup> “Estatuto da Sociedade Instrução e Beneficência”. *Jornal do Amazonas*, Manaus. n° 113, p. 1, 13 jul. 1876.



artista/artesão/artífice para ser admitido como sócio, apenas ser comprovadamente maior de 18 anos, ter “boa conduta civil” e saber ler e escrever; além de ter sido indicado por ao menos três sócios. O que a configura como uma associação pluriclassista.

Em 1884 esta *Sociedade* inaugura o *Lyceo de Artes e Officios*, uma escola destinada a meninos de baixa renda, onde aprenderiam um ofício manual. Sobre sua fundação, *O Abolicionista do Amazonas* comenta:

Com a presença de s. ex. o sr. Presidente da Província, algumas senhoras e cavalheiros, realizou-se às 10 horas do dia a seção solene da Sociedade Instrução e Beneficência, no templo da loja maçônica Esperança e Porvir. Foi ahi instalado o Lyceo de Artes e Officios fundado por aquela associação. Diversas corporações se fizeram representar por seus oradores, sendo a sessão encerrada com um sábio discurso exm. sr. dr. Theodoreto, que eloquentemente expoz o valor social dos lyceos de artes officios, sobre o ponto de vista da instrução e economia política.<sup>39</sup>

Em 1886 foi publicado no *Jornal do Amazonas* um parecer da Diretoria Geral de Instrução Pública do Amazonas ao presidente da província, no qual a diretoria do Lyceo afirmou que ele tinha 173 alunos matriculados no ano anterior (1885) – número contestado pelos pareceristas – e disponibilizar, no mesmo ano, as disciplinas: gramática portuguesa, desenho linear, matemática, inglês, francês, química, física, escrituração mercantil e história universal. Já em 1886 foram disponibilizadas as disciplinas: francês, matemáticas elementares, geografia e história, além de ensino da marcenaria. A escola funcionava no prédio da loja maçônica Esperança e Porvir, os professores eram voluntários e o Lyceo recebeu alguns recursos do Governo Provincial, como mobília e material escolar.<sup>40</sup> As disciplinas marcenaria, desenho linear e escrituração mercantil indicam os ofícios nos quais os estudantes eram formados nessa instituição. A última referência encontrada sobre ela data de 1888.<sup>41</sup>

Conforme Batalha, as sociedades classistas do Rio de Janeiro no século XIX não se limitavam à beneficência, sendo a educação uma das principais formas de atuação dessas organizações, entre outros fatores, por conta da intenção de controle do mercado de trabalho por parte dos artífices.<sup>42</sup> Marcelo Mac Cord percebe a mesma intenção de domínio do mercado de mão de obra especializada entre os artífices recifenses organizados na Sociedade das Artes Mecânicas, fundada em 1841 e que também manteve

<sup>39</sup> “Na Maçonaria”. *Abolicionista do Amazonas*, Manaus. n° 5, p. 2, 1° de junho de 1884.

<sup>40</sup> “Seção Official”. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 1300, p. 1, 20 de novembro de 1886.

<sup>41</sup> *A Província*, Manaus, n° 119, p. 1, 8 de agosto de 1888.

<sup>42</sup> BATALHA, 1999. p. 50.



uma escola para os aprendizes dos artífices de Recife; além disso, o fomento à educação também proporcionou prestígio social aos artistas recifenses.<sup>43</sup>

Como pode-se notar, a preocupação dos trabalhadores qualificados com a educação também pode ser verificada na capital da província do Amazonas, talvez com os mesmos objetivos que seus congêneres de Pernambuco e do Rio de Janeiro, e em parte devido à precariedade do sistema educacional do Amazonas que, apesar da intensa mobilização em prol da instrução elementar empreendida pelo governo amazonense nas últimas décadas do oitocentos, atendia apenas uma pequena parcela dos jovens em idade escolar da província.<sup>44</sup> Infelizmente, a exiguidade das fontes impede afirmações mais categóricas a esse respeito.

Outra agremiação mutualista ligada aos artífices manauaras foi a *Sociedade Montepio de Socorro dos Artistas*, da qual são bem escassas as referências. Ela começou a ser articulada em meados de 1883<sup>45</sup>, embora o Almanaque Administrativo informe que foi oficialmente instalada em 25 de março de 1884, com a diretoria composta naquele ano por Manuel José Zuany D’Azevedo, como presidente; José Coelho Castro, como vice-presidente; Annibal Benício de Sá, como 1º secretário; João Manuel Dias, como 2º secretário; Francisco Cardoso de Castro, como tesoureiro; e Francisco José dos Santos, como procurador.<sup>46</sup> Zuany de Azevedo consta na lista de tipógrafos no Almanaque administrativo e Francisco José dos Santos também esteve ligado a *Artística Nacional* nos anos seguintes.

Seu nome indica que funcionava como uma sociedade beneficente. A *Socorro dos Artistas* não foi, aliás, a única associação com este título naquela década. Contemporânea a ela foi a *Montepio Provincial e Municipal*, destinada aos funcionários públicos da Província. Esta última foi instalada por força da lei nº 496 de 30 de maio de 1882, tendo seus estatutos expedidos pelo presidente da província em 20 de janeiro de 1883.<sup>47</sup> Pode-se supor que a *Socorro dos Artistas* tenha sido influenciada, ou ao menos inspirada, na *Provincial e Municipal*, já que ambas foram criadas quase simultaneamente. A importância da *Montepio* dos artistas poderia passar despercebida para a História Social

<sup>43</sup> CORD, Marcelo Mac. Artífices de cor do Recife: dos privilégios corporativos à tentativa de controle da escolarização dos ofícios – décadas de 1840 e 1850. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28.1, 2011.

<sup>44</sup> RIZZINI, *op. Cit.*, p. 6.

<sup>45</sup> Em abril desse ano foi realizada uma reunião na casa de João Manoel Dias, apontado como secretário da mesma. *Amazonas*, Manaus, nº 859, p. 3, 15 de abril de 1883.

<sup>46</sup> *ALMANACH*, 1884. *Op. cit.*, p.170-180.

<sup>47</sup> Seu estatuto pode ser consultado em: *ALMANACH*, 1884. *Op. cit.*, p. 180-183.



do Trabalho, não fosse por ela ter sido responsável pelo primeiro jornal operário – pelo menos que se tem conhecimento até o momento – do Amazonas.

### Na Imprensa Operária: *O Artista* (1886-1888)

Entre 1886 e 1888, circulou em Manaus *O Artista*, um pequeno tabloide de 20 x 22,5 cms, publicado três vezes por semana; sua redação ficava na Rua Barroso e tinha um correspondente em Paris: A. D'Oliveira Costa; publicou pelo menos 65 números.<sup>48</sup> No que pese sua relativa longevidade, foram preservados somente os números 5, 8 e 40; o que impõe uma amostragem pequena para se fazer uma caracterização adequada. Seus editoriais dos números 5 e 8 versavam sobre a política legislativa da província e em suas páginas estão presentes matérias variadas, indo de informes de viagens e casamentos a reclamações do preço do peixe no mercado municipal e dos galhos de árvores espalhados pelas ruas de Manaus. No entanto, alguns indícios apontam para a ideia de que era um jornal de trabalhadores.

Em primeiro lugar, seu nome. Heloísa de Faria e Cruz e Maria Rosário Peixoto já indicaram a relação dos títulos dos jornais com os públicos que eles visavam atingir e seus objetivos.<sup>49</sup> Jornais operários de outros estados, mais ou menos no mesmo período, tinham títulos parecidos, como *O Artista: órgão da classe operária* (1891), publicado no vizinho Pará; *O Artista: Periódico dedicado à Indústria e Principalmente às Artes* (1870-1871), do Rio de Janeiro; e *O Artista: Jornal principalmente dedicado às Artes Mecânicas* (1862-1869), do Maranhão.<sup>50</sup> Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi citam jornais operários homônimos, publicados no Rio de Janeiro, em 1883; em Paraíba do Norte, em 1891; e em Teresina, em 1919.<sup>51</sup>

Uma segunda evidência que aponta para a ideia de ser uma folha operária é o seu subtítulo: *propriedade de uma associação artística*. Um cruzamento de fontes permite supor, com alguma segurança, que se tratava da *Sociedade Montepio de Socorro dos Artistas*, presidida pelo tipógrafo Manuel José Zuany de Azevedo, já que em 1888 o

<sup>48</sup> SANTOS, Francisco Jorge dos et al. *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais, v. 2. Manaus: 1990, p. 39-40.

<sup>49</sup> CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*, v. 35, n. 35, p. 253-270, 2007

<sup>50</sup> Todos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, consultada em 22 de julho de 2020 às 22:51.

<sup>51</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982. p.399.





mesmo Zuany de Azevedo é apontado como proprietário d'*O Artista*.<sup>52</sup> Outro indício desta ligação é um convite de reunião da *Montepio* publicado nas folhas deste periódico.<sup>53</sup> Pode-se induzir, portanto, que a *Montepio dos Artistas* era a “Associação Artística” do subtítulo do jornal. É possível que a *Montepio* tenha acabado entre 1887 e 1888, e Zuany tenha continuado com a publicação do jornal. De qualquer forma, parece ser mais do que coincidência as ligações de Zuany com ambos.

A evidência mais forte, no entanto, é um editorial publicado no número 40 – infelizmente, em péssimo estado de conservação – cujo tema era a situação dos trabalhadores na província. Este inicia afirmando que “já se torna sensível o facto de que nesta capital pouca atenção ser prestada à classe artística”, evidenciando o diagnóstico da sociedade amazonense<sup>54</sup> dos redatores naquele momento. Grande parte da primeira coluna está ilegível, transcreve-se a seguir a parte legível:

Incube a cada cidadão de qualquer país ser útil à pátria, a si e aos seus. Porque, pois, não dar-se o devido apreço àquele que por meio do seu trabalho quotidiano, por meio de uma arte que adopta, contribui para a prosperidade geral de qualquer país? É deste ponto bem considerado que chegamos a conhecer que são os artistas os verdadeiros promotores do bem público. Em bem venha este raciocínio para sabermos que o operário no nosso país merece a consideração e a proteção assim do governo quanto do público em geral. É por meio das artes, é com o trabalho de cada operário que por um lado avança no caminho do progresso qualquer país no nosso globo. Quem nisto bem considerar há de notar que em uma sociedade bem organizada não se deve pouca soma de prosperidade aos artistas, que são promotores de uma festa – a lei do trabalho! Ainda bem que isto se nos depara a fim de que saibam as diferentes classes da nossa sociedade que um artista merece pelo labor diário toda a consideração a que tem direito pelo seu trabalho útil.<sup>55</sup>

O texto é uma clara defesa dos trabalhadores locais. A concepção ideal de sociedade apresentada aponta para uma harmonia social, onde cada cidadão seria útil e contribuiria para a prosperidade do país. Mas para alcançar esse fim, seria necessária uma maior valorização dos trabalhadores, dos operários – percebe-se na citação uma identificação entre artistas e operários, sendo os termos usados como sinônimos – que deveriam receber toda a consideração que teriam direito. Esse discurso vai ao encontro

---

<sup>52</sup> *A Imprensa Unida*, Manaus, número único, p. 3, s/d, 1888. Publicação em conjunto de todos os jornais em circulação em Manaus em comemoração à abolição formal da escravidão, nomeando as equipes redacionais dos vários jornais em circulação em Manaus. Também são apontados Felismino Rodrigues Coimbra, como redator e Manuel de Miranda Leão, como jornalista do *Artista*.

<sup>53</sup> *O Artista*, Manaus, n° 40, p. 2, 5 de janeiro de 1887.

<sup>54</sup> Aqui tomamos de empréstimo o modelo de ficha para a análise do discurso dos jornais, que leva em consideração o diagnóstico da sociedade, a concepção de sociedade ideal e os meios de se chegar até ela. Tal modelo é proposto em: VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. *Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Projeto História*: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 3, 1984.

<sup>55</sup> *O Artista*, Manaus, n° 40, p. 1, 5 de janeiro de 1887.



com o que Batalha notou entre as sociedades de trabalhadores do Rio de Janeiro do século XIX, de *nobilitação do trabalho manual*, “que precede a articulação de um discurso classista”.<sup>56</sup>

Além disso, a concepção de harmonia social entre as classes, a identificação entre artesãos e operários e o próprio discurso de valorização do trabalho, presentes no artigo citado, são características que *O Artista* compartilhou com outros jornais operários brasileiros publicados na segunda metade do século XIX e que, segundo Aldamir Leonidio, são influências do positivismo e do *saint-simonismo* no movimento operário daquele período.<sup>57</sup>

### Uma tentativa de articulação política

As sociedades mutualistas citadas anteriormente parecem ter ficado restritas a beneficência e ao fomento da escolarização, não exercendo quaisquer formas de atuação político-institucional. É possível que fossem, inclusive, estatutariamente proibidas de fazê-lo. Apenas uma vez foi percebida a atuação organizada e coletiva dos artistas nesse sentido, na ocasião da criação do “partido dos artistas”, em 1876, conforme citado anteriormente.

O jornal *Amazonas* fez várias referências a esta organização. Em 1881, questionava, em matéria crivada de ataques, o já citado alferes Agostinho Rodrigues: “Nas eleições de 1876 e 1877 onde estava Frei Agostinho? O que fazia? Pleiteava eleição com o partido? Defendia-se das violências do poder? Nada disto. *Criava partido de artistas* para dar ganho de causa ao governo”.<sup>58</sup> Este periódico era porta-voz do Partido Liberal no Amazonas, e por meio dele pode-se acompanhar os conflitos da política institucional entre as oligarquias dominantes. Anos antes, ele narrou com mais detalhes o episódio em um de seus editoriais:

Em 1876, quando o partido Liberal lutava contra o governo, apareceram como instrumento do próprio governo cerca de vinte homens tirados do seio dos artistas com o fim de retirar alguns votos da oposição, que éramos nós, e o resultado da eleição demonstrou a ineficácia do meio: o governo foi derrotado e aquele que se apregoava chefe desse grupo de artistas iludidos não pôde reunir mais de vinte e três votos.<sup>59</sup>

<sup>56</sup> BATALHA, 1999, p.65.

<sup>57</sup> LEONIDIO, Adalmir. Saint-simonismo e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 165-184, 2005.

<sup>58</sup> “Morfina: Bigorndas” in: *Amazonas*, Manaus, n° 558, p. 2, 17 de abril de 1881. (grifo nosso)

<sup>59</sup> *Amazonas*, Manaus. n° 161, p. 1-2, 7 de agosto de 1878.



Percebe-se que o que foi chamado de “partido” pela imprensa parece não ter se referido à um partido institucionalizado, mas a um movimento coletivo de trabalhadores em apoio a candidaturas nas eleições daquele ano. Ao longo do Império o direito ao voto era restrito por critérios censitários, fazendo supor que os indivíduos que se articularam naquele momento tinham uma renda anual em torno de 200 contos de réis, o mínimo para ser um votante, segundo a lei eleitoral vigente. Esse sistema eleitoral era, inclusive, um dos principais motivos para a não organização política dos trabalhadores, já que a maior parte deles não tinha o direito ao voto.

Em todas as referências que o jornal dos liberais faz a esse movimento, os artistas são apresentados como se tivessem sido usados como massa de manobra, como “iludidos” e instrumentalizados por seus rivais conservadores. No entanto, a versão apresentada por aquela folha não pode ser tomada acriticamente. De fato, pode ter havido o intuito do Partido Conservador de se utilizar dos artistas para os seus fins – como fosse a manutenção do governo naquele pleito –, mas não se pode tomar esses sujeitos como passivos no processo. Inseridos naquele contexto, eles podem ter visto neste momento de aparente acirramento das disputas pelo poder entre as elites uma brecha para uma maior participação política e a oportunidade para entabular seus interesses coletivos e suas reivindicações, mesmo que para isso tivessem de se aliar a segmentos dessas oligarquias.

A única fonte encontrada que parece ter sido produzida pelos próprios trabalhadores envolvidos na ação daquele partido foi um convite para uma reunião, publicado em 1876, no *Jornal do Amazonas* – periódico que no ano seguinte adotaria o subtítulo *Órgão do Partido Conservador* – e assinado não por um indivíduo, mas por um coletivo: “*Os Artistas*”. O texto indica que a reunião teria como fim a organização de uma chapa para as eleições daquele ano, já que “as chapas organizadas pelos diferentes grupos e facções políticas que se apresentam não satisfazem as aspirações dos homens de crenças e patriotismo”. A principal crítica apresentada pela matéria era a ausência de trabalhadores nos cargos públicos do governo. Por isso questionavam:

E os artistas, os homens do trabalho, os filhos do povo, desse povo que esmaga os reis em seus dias de cólera, por que razão foram afastados do banquete político, e somente chamados como servos da gleba para votarem nos senhores? Só querem nossos votos para simular repugnante respeito pelas fórmulas representativas e depois ahi vem a perseguição, o imposto exagerado sobre os produtos da atividade, o desprezo de suas garantias constitucionais.<sup>60</sup>

<sup>60</sup> Os Artistas. “Reunião Democrática”. *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 134, p. 3, 1° de outubro de 1876.



Por meio deste texto, pode-se perceber que o grupo envolvido no partido tinha severas críticas à política oligárquica local e ao autoritarismo político, denunciando as “perseguições” e “o desprezo das garantias constitucionais”. Cerca de duas semanas após a publicação desta matéria, foi publicado no mesmo jornal um convite direcionado aos artistas e à mocidade manauara para uma reunião, cujo fim seria a “discussão dos estatutos que devem reger o *Club Democrático*”<sup>61</sup>, nome adotado por este grupo de trabalhadores. A iniciativa, no entanto, parece ter sido efêmera, já que o *Club Democrático* desaparece da documentação ainda no mesmo ano, sendo lembrado posteriormente somente nas críticas das páginas do *Amazonas*.

Mesmo tendo vida efêmera e não conseguindo mobilizar mais que umas poucas dezenas de trabalhadores, a própria articulação do partido e o manifesto publicado na imprensa denotam a percepção de identidade coletiva, mesmo que incipiente, de parte dos artífices locais, estabelecida por suas condições de trabalhadores qualificados, – “homens do trabalho, filhos do povo” – além de indicar também um antagonismo de interesses entre estes e os segmentos dominantes, expresso nas críticas ao autoritarismo vigente e na modesta articulação política. É significativo que esse grupo de eleitores tenha sido lembrado posteriormente não por um projeto político – “partido republicano” ou “partido conservador”, por exemplo – mas pela atividade econômica-profissional de seus integrantes: “partido dos artistas”.

### Considerações finais

Por meio dos periódicos consultados fica evidente que, ao contrário do que se pensava anteriormente, as últimas décadas do século XIX foram bem mais intensas para o movimento dos trabalhadores amazonenses. O principal segmento responsável pela movimentação foi o dos artistas manauaras, cuja condição de trabalhadores qualificados (“de ofício”) era o fator de identidade, como pode-se constatar pelos nomes de suas organizações: *Atheneu das Artes*, *Partido dos Artistas*, *Sociedade Beneficente Artística Nacional*, *Monte Pio de Socorro dos Artistas*, assim como o jornal *O Artista*. Tais organizações tinham como formas de atuação o assistencialismo aos sócios e suas famílias em caso de enfermidades e/ou impossibilidade de trabalho e o fomento da educação formal por meio da criação de escolas, como a criada pela *Artística Nacional* e pelo *Atheneu das Artes*; além da publicação de jornais, como no caso da *Montepio*.

---

<sup>61</sup> “Club Democrático” in: *Jornal do Amazonas*, Manaus, n° 137, p. 3, 13 de outubro de 1876.



Diferente de outros centros urbanos do então Império do Brasil, como Salvador e Rio de Janeiro, onde as sociedades mutualistas congregavam tanto trabalhadores qualificados em geral quanto admitir exclusivamente membros de determinado ofício<sup>62</sup>, todas as sociedades artísticas encontradas em Manaus até agora incluíam membros de variadas corporações. Isso se deve, provavelmente, ao já indicado reduzido número de artífices na cidade, o que dificultava a criação de mutualistas exclusivamente por categoria/ofício e reforçava o laço de identidade entre os membros das diferentes corporações.

É importante salientar que, contemporâneas a estas sociedades artísticas aqui abordadas, funcionaram na província outras entidades mutualistas e filantrópicas que incluíam entre seus membros trabalhadores, artistas ou operários, como a *Sociedade Nacional Benfícete*, a *Sociedade 28 de Julho*, a *Loja Capitular Porvir e Esperança*, a *Irmandade do Glorioso São Benedicto*, a *Sociedade Portuguesa Benfícete*, entre outras. Aqui foi dada ênfase nas sociedades que eram expressamente de trabalhadores seguindo Cláudio Batalha quando argumenta que: “sociedades que se definiam como de trabalhadores, tanto na denominação adotada quanto nos critérios para a admissão de associados, foram um passo essencial para a construção de uma identidade calcada sobre a valorização do trabalho manual”.<sup>63</sup>

Pode-se questionar a classificação dessas organizações como “operárias”, já que incluíam tanto trabalhadores assalariados quanto pequenos proprietários. Preferimos qualificar estas organizações como “de trabalhadores”, embora tenham contribuído para o surgimento de organizações propriamente operárias na medida em que os artistas assalariados participavam da vida associativa junto aos pequenos proprietários, o que pode ter servido de experiência para a posterior formação de organizações proletárias. Convém lembrar, inclusive, que a categoria mais numerosa dentre os artistas – pelo menos segundo a lista de praticantes de ofícios do almanaque de 1884 –, a dos tipógrafos (ou “artistas gráficos”), foi a primeira a formar uma organização especificamente operária no Amazonas, a *União Tipográfica*, em 1892.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup> BATALHA, Cláudio H. M. “Sociedades operárias, identidade e a percepção do trabalho: Algumas questões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX”. In: FRIDMAN, Fania (org). *Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 100-101.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 93.

<sup>64</sup> PINHEIRO; PINHEIRO, 2017, p. 108.



As pesquisas suscitaram vários questionamentos que não puderam ser aprofundados devido às limitações atuais impostas pelas fontes e pelo espaço do texto. É desejoso avançar para análises futuras da composição étnica-nacional desses artistas, da relação entre os trabalhadores livres e escravizados, assim como entre os “artistas” e os trabalhadores não qualificados. Neste artigo, se dedicou exclusivamente aos aspectos político-organizativos e, portanto, enfatizou mais o movimento operário (como organizações mutualistas e imprensa) que o estudo da classe operária propriamente dita, embora se tenha a consciência de que uma dimensão não pode ser reduzida à outra. No entanto, se tiver contribuído, mesmo que minimamente, para a compreensão dos mundos do trabalho na Manaus da segunda metade do século XIX, terá cumprido seu objetivo.

**Data de Submissão:** 24/04/2022

**Data de Aceite:** 17/08/2021

### **Referências Bibliográficas**

BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, v. 6, n. 10/11, 1999.

\_\_\_\_\_. “Sociedades operárias, identidade e a percepção do trabalho: Algumas questões em torno do associativismo dos trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX”. In: FRIDMAN, Fania. *Espaço urbano latino-americano: ensaios sobre história e política territorial*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *Uma viva e permanente ameaça: resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial*. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFAM, 2013.

CORD, Marcelo Mac. Artífices de cor do Recife: dos privilégios corporativos à tentativa de controle da escolarização dos ofícios – décadas de 1840 e 1850. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, n. 28.1, 2011.



COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*, v. 35, n. 35, p. 253-270, 2007.

DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.

LEONIDIO, Adalmir. Saint-simonismo e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 10, n. 1, p. 165-184, 2005.

PINHEIRO, Luís Balkar de Sá Peixoto. Caminhos da história social do trabalho no Amazonas (1890-1920). *Revista piauiense de história social do trabalho*. Ano VI, n.10. Jan/Jun 2020, p. 25-58.

PINHEIRO, Luís Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do trabalho na cidade da borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco editorial, 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus 1899-1925*. Manaus: FUA, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo social*, v. 18, p. 217-240, 2006.

NETO, Provino Pozza. *AVE LIBERTAS: ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Manaus, 2011. Dissertação, Mestrado em História, Programa de Pós-Graduação em História, UFAM.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-São Paulo. *Cadernos AEL*, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 257-344, 2009

REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e os militantes excluídos: capítulos da história do Pará*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

SANTOS, Francisco Jorge dos et al. *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais, v. 2. Manaus: 1990.

TELES, Luciano Everton Costa. A história do trabalho no Amazonas: desafios atuais. *Revista de Teoria da História*, v. 8, n. 2, p. 20-34, 2014.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VIEIRA, Maria do Pilar de A. et al. Imprensa como fonte para a pesquisa histórica. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 3, 1984.

